



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeitura*

### **LEI MUNICIPAL N.º 334/2000**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O ARTIGO 3º, INCISOS I E II E O ARTIGO 4º, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DA LEI MUNICIPAL Nº 226/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSÉ ALDORI DE LIMA**, Prefeito Municipal de Sagrada Família RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas, pelo artigo 27, item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 3º, incisos I e II, e artigo 4º, parágrafo primeiro da Lei Municipal 226/97, os quais passam a ter a seguinte redação:

“ Artigo 3º - O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I – Do Governo Municipal/Estadual/Federal:

- a) 04 (quatro) representantes da Secretaria de Saúde ou órgão equivalente;
- b) 01 (um) representante do órgão municipal de finanças;
- c) 02 (dois) representantes do órgão de educação;
- d) 03 (três) representantes de órgão da agricultura, saneamento ou meio ambiente;

II – Dos Usuários:

- a) 02 (dois) representantes das entidades ou associações comunitárias, assim distribuídos:





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeito*

- \_ Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e um representante do Clube de Mães da Comunidade Católica, sendo que ambas as indicações deverão ser feitas pelos presidentes das respectivas entidades.
- b) 02 (dois) representantes das Igrejas Católica e Assembléia de Deus; o ( s ) representante(s) da Igreja Assembléia de Deus deverá(ão) ser indicado(s) pelo Pastor da mesma, e o(s) representante(s) da Igreja Católica deverá(ão) ser indicado(s) pelo Ministro da Eucaristia.
- c) 06 (seis) representantes, membros de entidades de trabalhadores e microáreas (estabelecidas pelo Programa de Saúde do Município – PACS/PSF);

Artigo 4º - Parágrafo Primeiro – O Secretário Municipal de Saúde, bem como qualquer cidadão, terão acesso e participação de todas as Plenárias, porém não terão direito ao voto.

Art. 2º - Os demais artigos da Lei n.º 226/97 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, em 03 de Julho de 2000.**

  
**JOSÉ ALDORI DE LIMA**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

  
**VILMAR MARTINELLI**  
Sec. Mun. da Administração

